

AVALIAÇÃO DO TRATAMENTO DADO À LEITURA NO LIVRO DIDÁTICO NO ENSINO MÉDIO: PELO VIÉS DA ANÁLISE DO DISCURSO.

Rosemary Lapa de Oliveira Campinho*

RESUMO: *Levando em consideração a notória deficiência dos alunos egressos do Ensino Médio no que concerne à leitura, este trabalho faz uma crítica ao livro didático de língua portuguesa que usa uma linguagem referente a uma teoria da qual não dá conta e trata o texto como mero pretexto para o ensino de questões teóricas e técnicas acerca da linguagem e da literatura, o que não contribui para a formação leitora do aprendiz. Traz a Análise do Discurso como um recurso metodológico alternativo para um trabalho de produção de leitura que promova um nível de letramento adequado com as expectativas em torno do Ensino Médio.*

Palavras-chave: Leitura; Livro Didático de Língua Portuguesa; Ensino Médio; Análise do Discurso

INTRODUÇÃO

É necessário que se reitere a importância em estudar os melhores meios de desenvolver o ensino da língua materna, haja vista a sua forte influência no *fracasso escolar*, explicitado por Magda Soares neste trecho:

(...) E é significativo que foi no ensino de Português que os principais indicadores da *crise* e do *fracasso* foram encontrados, e exatamente nos dois extremos de seu percurso: o espantoso índice de repetência na primeira série, revelando a incompetência da escola em ensinar a ler e escrever; a constatação de graves problemas de expressão escrita detectados nos textos de alunos concluintes do ensino médio, submetidos a provas de redação em exames vestibulares (SOARES, 1997, prefácio).

Quase uma década após esta constatação, a escola pública continua mal. Seus alunos apresentam despreparos básicos. Através da mídia temos notícia destas dificuldades:

Os estudantes das escolas particulares obtiveram médias maiores do que os alunos da rede pública no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano. Os dados foram divulgados na quarta-feira (8) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação (MEC).¹

* Mestranda em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL) da UFBA. Graduada em Letras Vernáculas com Inglês pela UCSAL e Especialista em Gramática e Texto pela UNIFACS. rosecampinho@ig.com.br

¹ http://www.atarde.com.br/materia.php3?mes=12&ano=2004&id_materia=1503 do dia 09/12/2004 > acesso em 16/12/2004

Esta reportagem mostra como a nossa escola pública não vem correspondendo às expectativas de formação dos alunos no EM. E é ainda a leitura e os processos de construção de sentidos nos textos que apresentam os maiores entraves, segundo avaliações feitas pelo SAEB:

A maior dificuldade dos estudantes está na competência 4, em que precisam demonstrar a capacidade de analisar informações colocadas de diferentes formas para construir um argumento consistente sobre determinado assunto.²

Em 2000, o Brasil foi convidado a participar do PISA – Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes³ –, juntamente com outros 31 países. O programa propôs a avaliação das habilidades leitoras de jovens entre 14 e 15 anos. Alcançamos o pior resultado dentre os 32 países participantes, indicando, assim como nos programas de avaliação nacionais – SAEB e ENEM⁴, um baixo nível de proficiência em leitura dos nossos jovens.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) vêm determinando o leitor idealizado que, segundo eles, em linhas gerais, é o leitor crítico; o leitor que domina uma diversidade de usos sociais da leitura, como, por exemplo, ser capaz de ler um jornal. O PCNEM defende a língua como: “emaranhado das relações humanas, nas quais o aluno está presente e mergulhado. (...) Sendo ela dialógica por princípio, não há como separá-la de sua própria natureza, mesmo em situação escolar”. No parecer do Conselho Nacional de Educação, destaca-se a questão da formação ética, estética e política na e pela língua. Ou seja, insere-se no círculo de discussões em que se inscreve a Análise do Discurso (AD) de linha francesa, a qual será tomada como referência de análise do tratamento da leitura no Livro Didático de Língua Portuguesa (LDLP).

O livro didático, tal como o conhecemos hoje, tem sido o instrumento de letramento mais presente na escola brasileira, especialmente a partir da década de 70. Atualmente, representa a principal, se não a única, fonte de trabalho com o material impresso na sala de aula, ao menos na rede pública de ensino⁵. Sua qualidade pedagógica não foi motivo de preocupação até 1986, quando a reforma alterou o conteúdo de Língua Portuguesa a ser ensinado e sob a influência das descobertas das ciências da linguagem e da aprendizagem. Mas foi somente a partir de 1995 que o governo assumiu a responsabilidade pela avaliação e recomendação – além da compra e distribuição – de livros didáticos destinados ao ensino fundamental público, através do Programa Nacional do Livro didático (PNLD). Os LDLP para o Ensino Médio, somente a partir de 2003 passam a ser examinados e a partir de 2005 entram nas escolas públicas, através do Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PLEM) em caráter inédito na história da escola pública brasileira.

Considerando o exposto acima, este trabalho centrar-se-á na análise do tratamento dado à produção de leitura no LDLP em duas abordagens: descrição sumária de como o livro se organiza, tomando por base a análise feita pelo Guia do PNLEM e crítica à proposta de produção de leitura, enfocando conceitos que dêem conta da leitura como um ato dialógico e concreto relacionados à Análise do Discurso francesa que, segundo Orlandi (2004), é um campo de conhecimento e seu estudo leva à problematização das maneiras de ler, levando o

² Ibidem.

³ O Pisa é um programa da OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – uma organização global, cujo objetivo (o declarado) é auxiliar os governos-membros no desenvolvimento de melhores políticas nas áreas econômicas e sociais.

⁴ SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica e ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.

⁵ Ver, a respeito, Bezerra (2001). Rojo (2003) lembra ainda que, em muitos casos, o livro didático é o único material de leitura dos alunos da rede pública, inclusive em casa.

leitor/ouvinte/escritor a colocar questões sobre o que lê/ouve/escreve, considerando a não neutralidade no uso da língua, pois há sempre o comprometimento com os sentidos do texto e o contexto político.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão do governo responsável pela análise, compra e distribuição de livros para as escolas públicas, através do PNLEM, exige que o livro selecionado tenha o formato de volume único. Para esta análise, foi selecionado o volume único de Ernani & Nicola: Gramática, Literatura & Produção de Textos (2004), adotado em quatro das cinco escolas da Rede Estadual de Ensino da Capital baiana que foram selecionadas para a pesquisa de mestrado da autora deste trabalho. Para abranger a obra, que divide em três grandes blocos, tomar-se-á um capítulo de cada bloco, enfocando o tratamento dado à produção de leitura.

O LIVRO DIDÁTICO

1. Descrição sumária de como o livro se organiza:

Os três grandes blocos em que se divide este livro — Produção de textos; Gramática; Literatura — tratam os conteúdos ora de forma sistemática, deixando a cargo do professor a seleção e ordenação do conteúdo da aula, ora como um roteiro de atividades de ensino/aprendizagem, concebidas e organizadas de acordo com uma determinada prática docente. A primeira parte procura incorporar aspectos pertinentes das pesquisas acadêmicas sobre leitura e produção de textos, além de explicitar e sistematizar noções básicas relativas ao funcionamento do discurso e do texto. A segunda parte restringe os conhecimentos lingüísticos à gramática e mantém-se fiel à tradição. Mas, com frequência, mostra-se atenta à ocorrência dos fatos gramaticais em textos de vários tipos.

Quanto à seção de literatura, predominantemente organizada como compêndio, não chega a transpor os limites de uma abordagem calcada na sucessão dos estilos de época e na apresentação de dados biográficos e bibliográficos dos principais autores de cada período. Não há, no livro, qualquer proposta específica para o trabalho com a linguagem oral.

A preocupação com os vestibulares e com o ENEM é uma constante na obra. Entretanto, a formação para o mundo do trabalho não foi descartada e se revela, principalmente, nos capítulos que envolvem atividades com gêneros textuais como anúncios publicitários, carta comercial e requerimento, além da leitura de gráficos.

Cada uma das partes em que é dividido o livro, subdivide-se em capítulos invariavelmente iniciados por um texto verbal. Porém, não há uma proposta específica para o ensino de leitura que é tomada, via de regra, como pretexto e não como acontecimento histórico que envolve um sujeito e condições de produção. Os textos não verbais não são explorados, e os quadrinhos são tomados como pretexto para análise lingüística.

2. Proposta de produção de leitura

No primeiro bloco, os capítulos iniciam-se com o subitem intitulado: “O texto: leitura e reflexão” em que o texto apresentado é tomado como pretexto para o estudo de questões referentes ao funcionamento do língua. Porém, não há uma produção de leitura que privilegie a reflexão no e sobre o texto, procurando “o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica” (ORLANDI: 2001: 59). As perguntas colocadas são referentes a uma ciência clássica da linguagem que toma o estudo gramatical e semântico como meio a serviço do fim (PÊCHEUX: 1997). Os “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua

materialidade lingüístico-discursiva são descartados em prol de uma orientação à explicação de fatos gramaticais com fim em si mesmas (questões 3, 4 e 5 de TERRA, 2004, p.15). Além disso, em função de seu objetivo primeiro (ensinar conhecimentos lingüísticos), tais questões de leitura só podem ser adequadamente respondidas depois de bem explorado o conceito que organiza o capítulo. Um exemplo: a terceira questão — “Explique qual é a função do uso recorrente do pronome pessoal **ele** e dos pronomes possessivos **seu** e **sua** ao longo do texto” (grifos dos autores) (TERRA, 2004, P.15) — pressupõe um conhecimento, no mínimo, intuitivo do papel coesivo dos pronomes pessoais e possessivos, exigindo, portanto, alguma mediação por parte do professor.

O subitem “A teoria na prática” segue à risca o seu título, tomando o texto como pretexto, inclusive retomando o texto que inicia o capítulo para, nele, aplicar os conteúdos trabalhados, como o faz na questão 5 deste subitem (TERRA, 2004, p. 17).

Assim, estas atividades não têm como principal objetivo a reconstrução dos sentidos e dos processos discursivos e textuais que dão a um texto a sua singularidade. Visam, antes de qualquer coisa, ensinar, ao aluno, conhecimentos lingüísticos — como a coesão, a coerência — capazes de subsidiar a produção de texto.

O segundo bloco, dedicado à gramática, inicia cada capítulo com um subitem: “A gramática **no** texto” e assim é tomada, no sentido de que não há uma preocupação em “problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou o leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. (...) Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (ORLANDI: 2001: 9). Ou mesmo atinar para as formações discursivas determinantes das escolhas feitas e o que está implícito nessas escolhas. Há uma preocupação apenas na ordem da teoria gramatical, como pode ser visto nas questões sobre o texto no anexo 3. Não há, portanto, uma reflexão sobre a gramática, mas a constatação da gramática que está na materialidade do discurso.

O subitem: “A teoria na prática”, que também figura neste bloco, reforça esta prática, trazendo um texto para aplicar os conceitos estudados, somente, desconsiderando a linguagem como mediadora necessária entre o homem e a realidade natural (ORLANDI: 2001: 15).

A última parte, dedicada à literatura, traz como subitem de início de capítulo o título: “Texto & **intertexto**”. A noção de intertexto ou intertextualidade é chave na Análise do Discurso e remete, ao mesmo tempo, à propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU: 2004). Brandão (2000) traz a distinção proposta por Maingueneau de duas noções básicas: o intertexto – compreendido como o conjunto dos fragmentos que ele cita efetivamente; e a intertextualidade – os tipos de relações intertextuais definidas como legítimas que uma formação discursiva⁶ mantém com outra.

Neste contexto, o que o subitem intitula “**intertexto**” está muito distante do preconizado pela AD, pois o que se explicita é uma comparação entre os textos a nível lexical através de apenas uma questão, assim colocada: “Os poemas apresentam duas noções de exílio distintas. Relacione-as às acepções encontradas no Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa”: (TERRA, 2004, P. 283 – traz a transcrição da definição do dicionário citado).

As outras questões, longe de contribuir para que o leitor aprendiz se aproprie dos jogos de sentidos, de trabalho de imagem, de funcionamento da discursividade, buscar as regularidades que aproximam os textos os campos discursivos em que se inserem características precípuas de

⁶ Formação discursiva, aqui, tomada na visão de Pêcheux que atrela esta definição à de interdiscurso. FD designa todo o conjunto de enunciados sócio-históricamente circunscrito que pode relacionar-se a uma identidade enunciativa (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU: 2004).

todo texto, ele o trata como um recurso para o estudo de questões pontuais e técnicas sobre escansão, características formais, etc.

Neste bloco não há o subitem “A Teoria na Prática”. Alguns textos canônicos são trazidos para ilustrar a produção dos autores consagrados, citados como representantes das correntes literárias em foco. Revela, assim, uma concepção de leitura como decodificadora do texto, visto que dela não é feita nenhuma inferência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, entendemos que a proposta de estudo dos textos é conduzida de forma autoritária, impondo a leitura feita pelos autores do livro didático em detrimento da atribuição de sentidos pelos alunos; tudo já está dito, explicado a priori. E esse tudo é muito pouco. O que existe é um jogo de escolhas entre o certo e o errado, o falso e o verdadeiro de acordo com a compreensão dos autores, que não possibilita a exploração das significações possíveis para a construção do sentido dos textos, como uma produção sócio-cultural.

Neste sentido, a leitura torna-se escolarizada, isso quer dizer que os textos são retirados de sua esfera de produção/circulação/recepção de origem e postos em uma outra situação de produção, em uma esfera que tem fim específico de ensino de um item escolar, seja um conhecimento, seja uma capacidade leitora, seja uma prática letrada.

O estudo da língua é o estudo da gramática normativa. Como diria Bakhtin, é o estudo de uma língua em estado de uma língua morta. O ensino da língua nestes termos, limita-se ao reconhecimento, à transmissão ao aluno de um conhecimento que foi construído por alguém e que não está ali para ser modificado, mas para ser assimilado como autoridade que é.

Pensar em que esses conhecimentos selecionados serão **identificados, classificados e empregados** na leitura de textos é pensar num trabalho de leitura como pretexto para o ensino de itens gramaticais. Aliás esta foi a forma como penetrou a Gramática textual na escola – a gramática **através do texto** (no sentido de que passa por cima do texto) e não a **gramática do texto**.

Aos alunos da escola pública, sejam eles do ensino noturno ou do diurno, deve ser possível não só o acesso ao aprendizado da leitura, mas o acesso ao direito básico a uma formação que lhe dê possibilidade de praticar – na escola, no trabalho e na vida – o que é da natureza do ser humano: a atitude responsiva ativa.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. G. ROJO, Roxane (Orgs). **Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura Escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

BEZERRA, Maria Auxiliadora. Textos: Seleção Variada e Atual. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org). **O Livro Didático de Português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. p. 33 – 45.

BAKHTIN / VOLOCHINOV. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1929.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2 reimpressão da 7 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2000.

BRASIL, MEC/SEMTEC **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio**.
Brasília, DF: 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**.
Trad. Fabiana Komesu (coord). São Paulo: Contexto, 2004.

Folhapress. **Ensino médio tem reforço didático**. Disponível em
http://www.atarde.com.br/./nacional/index.php?dt_exibicao > Acesso em 21 dez. 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Trad. Freda
Indursky. Campinas: Pontes, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – FNDE. Disponível em www.fnde.gov.br.
http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/ld_ensinomedio/ld_ensinomedio.html Acesso
em 22 nov. 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento: As Formas do Discurso**. 4. ed.
Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Análise de Discurso**. Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise. HAK, Tony
(orgs). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.
ed. Trad. Bethânia S. Mariani et al. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1997.

PNLD. **Guia de Livros Didáticos**. Ministério da Educação e do Desporto – MEC, 1999.

RANGEL, Ergon de Oliveira (cood). **Catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para
o Ensino Médio: PNLEM/2005: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, SEMTEC, FNDE, 2004.

SOARES, Magda Becker. Prefácio. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Aula de
Português: discurso e saberes escolares**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. VII-XV.

TERRA, Ernani. NICOLA, José de. **Gramática, Literatura & Produção de Texto para o
Ensino Médio: curso completo**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004.